

Exmº Comandante-Geral, é promovido ao posto de Guarda Principal, por antiguidade, o Guarda de Infantaria (2000782) António Marcelino Nunes Ferreira, desde 01 de janeiro de 2012, nos termos do artigo 119.º e alínea a) do artigo 256.º, ambos do EMGMR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/09 de 14 de outubro.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto, desde o dia seguinte ao da publicação do presente despacho, no *Diário da República*, nos termos da alínea a) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

04 de maio de 2015. — O Comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos, *Carlos Alberto Baía Afonso*, Major-General.

208623393

Despacho n.º 5183/2015

Por meu despacho de 30 de abril de 2015, proferido no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 323, de 17 de dezembro de 2014, do Ex.º Comandante-Geral, é promovido ao posto de Guarda Principal, por antiguidade, o Guarda de Infantaria (1990280) Júlio Dinis Fernandes do Carmo, desde 01 de janeiro de 2012, nos termos do artigo 119.º e alínea a) do artigo 256.º, ambos do EMGMR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/09 de 14 de outubro.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto, desde o dia seguinte ao da publicação do presente despacho, no *Diário da República*, nos termos da alínea a) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

4 de maio de 2015. — O Comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos, *Carlos Alberto Baía Afonso*, Major-General.

208623271

Inspeção-Geral da Administração Interna

Despacho n.º 5184/2015

Por despacho da Inspetora-Geral da Administração Interna, de 9 de abril de 2015

Ao abrigo do disposto no artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, foi renovada, por um período de dois anos, contados a partir de 12 de junho de 2015, a designação do técnico de informática do grau 3, nível 2, Fernando António Pinto da Silva, para o exercício de funções de coordenador técnico da área de informática do mapa de pessoal da Inspeção-Geral da Administração Interna.

A designação não carece de visto do Tribunal de Contas.

23 de abril de 2015. — A Inspetora-Geral da Administração Interna, *Margarida Blasco*.

208623433

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Despacho (extrato) n.º 5185/2015

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, aberto pelo aviso n.º 4181/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 61, de 27 de março de 2014, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a trabalhadora a seguir indicada:

Nome	PR	NR	Efeitos
Ana Lisete Macedo Teixeira da Silva. . . .	1.ª	5	1-04-2015

4 de maio de 2015. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

208620103

Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

Aviso n.º 5457/2015

Faz-se público que o concurso interno de ingresso aberto pelo aviso n.º 10260/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de

14 de agosto, destinado à ocupação de um posto de trabalho na categoria de técnico ajudante de 2.ª classe de medicina legal, da carreira não revista de técnico ajudante de medicina legal, para exercer atividade no Gabinete Médico-Legal e Forense do Cávado, deve considerar-se deserto dada a inexistência de candidatos.

10 de abril de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

208619376

Aviso n.º 5458/2015

Para cumprimento da alínea d), n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a Lic. Maria Isabel Viegas Galvão Casella Maltez, interna do internato médico de medicina legal, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, cessou a sua relação jurídica de emprego público, por denúncia de contrato, com efeitos a 8 de maio de 2014.

4 de maio de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

208619002

Deliberação (extrato) n.º 846/2015

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), em sessão de 7 de março de 2014:

Mestre João Miguel Gouveia Franco, assessor de medicina legal — designado, em regime de substituição, para o cargo de Diretor do Serviço de Química e Toxicologia Forenses, nos termos do disposto no artigo 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, na observância dos requisitos legais exigidos para o provimento no cargo, e considerando o preenchimento do respetivo condicionalismo legal e a detenção do perfil, experiência e aptidão técnica necessários para o exercício das funções inerentes ao referido cargo, conforme síntese curricular anexa.

A presente deliberação produz efeitos a partir de 1 de março de 2014.

O dirigente ora designado pode optar pelo vencimento de origem, em conformidade com o disposto no n.º 7 do artigo 14.º do Decreto—Lei n.º 166/2012, de 31 de julho e no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas)

4 de maio de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

Nota Curricular

Dados pessoais:

Nome: João Miguel Gouveia Franco

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 25 de dezembro de 1965

Habilitações académicas:

Licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e mestre em Medicina Legal e Ciências Forenses pela Faculdade de Medicina da mesma Universidade.

Experiência profissional:

Exerceu, a partir de 1992 e no Serviço de Toxicologia Forense (STF) do então Instituto de Medicina Legal de Lisboa, as funções de especialista superior de medicina legal. A partir de 2002 passou a desempenhar, no STF da delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), os cargos de Responsável Técnico e da Qualidade. Neste âmbito desenvolveu um sistema de gestão da qualidade (SGQ) cuja implementação viria a permitir, no final de 2006, a acreditação do STF pelo Instituto Português de Acreditação de acordo com o referencial da norma NP EN ISO/IEC 17025 (Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração). Mais tarde colaborou ativamente na implementação de SGQ noutros serviços técnicos da instituição, o que viria a permitir a acreditação de outros laboratórios de toxicologia forense e também de genética e biologia forenses.

Entre 2009 e 2012 exerceu as funções de diretor do STF da delegação do Centro do INML, altura em que regressou a Lisboa para exercer o cargo de coordenador da garantia da qualidade do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses. Ao longo da sua carreira exerceu

ainda funções no Laboratório de Análises de Dopagem (1989-1997) e no Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (2000-2003). Atualmente desempenha também funções como *Technical Assessor* da *World Anti-Doping Agency* (desde 2005) e como Avaliador Técnico do Instituto Português de Acreditação (IPAC) (desde 2002), tendo participado em avaliações a laboratórios nacionais e estrangeiros. No âmbito da sua colaboração com o IPAC é membro da Comissão Técnica de Acreditação de Laboratórios, tendo participado na elaboração/revisão de guias técnicos publicados por aquela instituição. Ainda no âmbito da implementação de sistemas de gestão da qualidade em laboratórios forenses participou num projeto *Twinning* celebrado entre a União Europeia e a República da Turquia (*TR 08 IB JH 01: Improving the skills of forensic experts*), no âmbito do qual realizou diversas auditorias internas a laboratórios forenses Turcos de acordo com o referencial da ISO/IEC 17025 (2012-2013).

É autor ou coautor de cerca de cem publicações/comunicações científicas.

208618899

Deliberação (extrato) n.º 847/2015

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 73.º, n.º 1 do artigo 75.º, ambos do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, bem como no n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de setembro, Elisabete Sofia Dias Ferreira, com a categoria de assistente técnica, da carreira assistente técnica, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de posto de trabalho do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., para exercer atividade na Delegação do Sul.

4 de maio de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

208618963

Deliberação (extrato) n.º 848/2015

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 73.º, n.º 1 do artigo 75.º, ambos, do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, bem como no n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de setembro, Maria Delfina Gonçalves Moreira, com a categoria de técnica superior, da carreira técnica superior, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de posto de trabalho do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., para exercer atividade na Delegação do Norte.

4 de maio de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

208618988

Deliberação (extrato) n.º 849/2015

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), em sessão de 22 de maio de 2014:

Lic. Isabel Maria Ferreira dos Santos, técnica superior — designada, em regime de substituição, com efeitos a partir de 1 de junho de 2014, para o cargo de Diretor do Departamento de Administração Geral, nos termos do disposto no artigo 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 19/2013, de 21 de janeiro, na observância dos requisitos legais exigidos para o provimento no cargo, e considerando o preenchimento do respetivo condicionalismo legal e a detenção do perfil, experiência e aptidão técnica necessários para o exercício das funções inerentes ao referido cargo, conforme síntese curricular anexa. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

4 de maio de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

Nota Curricular

Isabel Maria Ferreira dos Santos, nascida a 4 de julho de 1960. Licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Foi nomeada, em 1 de junho de 2014, em regime de substituição, diretora do departamento de administração geral do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP.

Foi diretora do serviço de gestão aprovisionamento logística e património do centro de serviços comuns da Universidade de Coimbra, nomeada em regime de comissão de serviço em fevereiro 2010 e provida no lugar em maio 2011, na sequência de procedimento concursal, sendo-lhe cometida a responsabilidade de propor e implementar uma estrutura organizativa e funcional para o Serviço, que iniciou o seu funcionamento em janeiro de 2011.

Foi coordenadora do núcleo de processamento de vencimentos do serviço de gestão de recursos humanos do centro de serviços comuns da administração da Universidade de Coimbra

Integrou o gabinete técnico de apoio da administração da UC, coordenando o projeto de regularização dos imóveis da UC.

Foi chefe de divisão financeira e patrimonial da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, tendo como principais responsabilidades a coordenação e gestão das áreas: orçamental, contabilística, aprovisionamento, património e tesouraria.

Foi coordenadora do gabinete de apoio a candidaturas e gestão de projetos da Universidade Coimbra, tendo como principal missão o acompanhamento da execução financeira dos projetos, bem como dos projetos Institucionais da UC, nomeadamente os projetos de financiamento dos novos Polos Universitários.

Foi coordenadora do gabinete técnico de contabilidade da administração da Universidade de Coimbra, tendo colaborado na implementação do sistema informático SAP, do Plano Oficial de Contabilidade para a Educação — POCE e do Sistema de Gestão de qualidade para a área financeira.

Foi colaboradora da assessoria de planeamento da Universidade de Coimbra e do gabinete de análise financeira da Administração da UC, tendo como atividades relevantes o acompanhamento da execução financeira e física dos projetos institucionais, PIDDAC, PRODEP e FEDER.

208618947

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

Aviso (extrato) n.º 5459/2015

Por deliberação do Conselho Executivo de 20 de janeiro de 2015, desta Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, foi aprovada a consolidação da mobilidade interna da assistente técnica Beatriz Maria Oliveira Sampaio Ferreira, pertencente ao mapa de pessoal do Agrupamento de Escolas Dr. Vieira de Carvalho, do Ministério da Educação e Ciência (administração central direta), o qual mereceu despacho favorável daquela entidade a 20 de abril de 2015.

Nestes termos, a trabalhadora passará a integrar o mapa de pessoal da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, com efeitos retroativos a 23 de abril de 2015.

06 de maio de 2015. — O Presidente do Conselho Executivo da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, *Joaquim Manuel Ramos Cavalheiro*.

208621895

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Secretaria-Geral

Aviso n.º 5460/2015

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, faz-se público que, por despacho de 5 de maio de 2015, foi homologada a lista unitária de ordenação final, constante em anexo ao presente aviso, relativa ao procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento tendo em vista a ocupação de 4 postos de trabalho da carreira de técnico superior da Divisão de Contencioso desta Secretaria-Geral, aberto mediante o Aviso n.º 13630/2014, publicitado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 236, de 5 de dezembro de 2014.

6 de maio de 2015. — A Secretária-Geral Adjunta, *Isabel Nico*.